

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a  
Infraestrutura da Chaves Públicas  
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa  
Diário de Notícias em seu site de notícias.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>



...continuação

CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO III S.A. | CNPJ nº 14.496.290/0001-10

Abaixo, detalhamos essas obrigações: • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 25% do valor anual a ser pago no ano subsequente; • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros; • Manter anualmente uma geração mínima líquida de 115,37 GWh; • Manter anualmente um índice de cobertura da dívida de no mínimo, igual ou superior a 1,30. A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim de que essas obrigações sejam atendidas. A Companhia atendeu plenamente a todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores deversem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2021.

**18 PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO**

	31/12/2021	31/12/2020	
Desmantelamento	918	2.036	
Total	918	2.036	

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

Saldo em 31/12/2020	2.036
Adição	-
Atualização monetária	156
Baixa	(1.274)
Saldo em 31/12/2021	918

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Baixa do Feijão III está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico, conforme nota explicativa nº 25.3. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente e, com a revisão finalizada em dezembro de 2021, registrou em seu balanço uma diminuição de R\$1.274. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente, calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 11,40% a.a.

**19. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	31/12/2021		31/12/2020			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Credores - concessionárias	1.766	6.174	7.940	1.475	3.467	4.942
Provisão para arrendamentos	53	2.340	2.392	140	2.300	2.440
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Total	1.820	8.514	10.333	1.615	5.767	7.382

O saldo de R\$ 7.940 na rubrica de Credores - concessionárias, no passivo, refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica (Nota explicativa nº8), atualizado pelo IGP-M. Esse contrato tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sob garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais de energia; (iii) a CCCE realiza apurações anuais e quadriênis comparando a geração versus o montante contratado. O aumento no saldo se deu pela menor geração de energia na apuração quadriênil. A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrados abaixo:

Saldo em 31/12/2020	2.440
Adições	260
Pagamentos	(307)
Saldo em 31/12/2021	2.392

A Companhia obteve as suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 13,81% a.a. para terrenos.

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**20.1 Capital social:** O Capital social em 31 de dezembro de 2021 totalmente integralizado é de R\$ 67.417 (2020 R\$ 67.417). O capital social é composto de 66.938.440 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 51% de posse da EDP Renováveis Brasil. A composição acionária fica da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
EDP Renováveis Brasil S.A.	34.138.604	51%	34.138.604	51%
China Three Gorges Brasil Energias Ltda	32.799.836	49%	32.799.836	49%
Total	66.938.440	100%	66.938.440	100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **20.2 Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo no exercício impedindo de distribuir dividendos. **Reserva de lucros - legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém reserva no montante de R\$604 (R\$604 em 31 de dezembro de 2020) a título de reserva legal. **Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$3.076 (R\$3.076 em 31 de dezembro de 2021).

**21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2021	2020	
Receita operacional bruta	19.771	18.917	
Suprimento de energia elétrica	(2.996)	(3.444)	
Ajuste financeiro (a)	1.155	58	
Energia comercializada no mercado de curto prazo	87	-	
Outras receitas operacionais	(659)	(586)	
Total da receita bruta	18.015	16.058	
Deduções à receita operacional			
FISCOFINS	(659)	(586)	
Total de deduções	(659)	(586)	
Total de receita líquida	17.356	15.472	
MWh comercializado (não auditado)	117	105	

(a)Ajuste financeiro: A rubrica de ajuste financeiro refere-se ao registro entre a diferença da energia garantida em contrato para a energia efetivamente gerada. Devido à menor quantidade de vento no ano de 2021 tivemos uma diminuição na quantidade de energia gerada pelo parque eólico e o registro devedor do ajuste financeiro.

**22. GASTOS OPERACIONAIS**

**22.1 Gastos operacionais**

	2021	2020	
Custo do serviço			
Não gerenciáveis			
Encargos de uso da rede elétrica	(2.084)	(1.881)	
Energia elétrica comprada para revenda	(1.007)	(541)	
Total de custos não gerenciáveis	(3.091)	(2.422)	
Gerenciáveis			
Serviços de terceiros e materiais	(3.930)	(3.305)	
Compartilhamento de custos	(537)	(608)	
Depreciação e amortização	(4.851)	(4.942)	
Aluguéis e arrendamentos	(71)	(30)	
Seguros	(188)	(219)	
Despesas tributárias	(33)	(58)	
Total	(9.609)	(9.162)	

Aos Administradores e Acionistas

**Central Eólica Baixa do Feijão III S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

22.2 Despesas operacionais

	2021	2020	
Despesas operacionais	(75)	(80)	
Serviços de terceiros e materiais	219	219	
Outras despesas e receitas operacionais	(28)	(154)	
Total	116	(234)	

**23. RESULTADO FINANCEIRO**

	2021	2020	
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras	459	235	
Juros recebidos	325	83	
Total de receita financeira	784	1.049	
Despesas financeiras	(4.706)	(4.928)	
Encargos de dívidas	(49)	(53)	
Comissões sobre financiamento	(156)	(75)	
Ajuste a valor presente	(260)	(264)	
Atualização financeira arrendamento	(7)	(1)	
Outras despesas financeiras	(7)	(1)	
Despesas com garantias bancárias	(5.244)	(5.321)	
Total de despesas financeiras	(4.460)	(4.272)	
Total	(3.676)	(3.223)	

**24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE**

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Receita operacional	18.015	16.058	18.015	16.058	
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	8%	12%	12%	
Total	1.441	1.285	2.162	1.927	
Receitas financeiras	784	1.049	784	1.049	
Base de cálculo	2.225	2.333	2.946	2.976	
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%	
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(558)	(583)	(265)	(268)	
Ajuste decorrente do adicional do IRT	(24)	(24)	(265)	(268)	
Outros impostos	(536)	(559)	(265)	(268)	
Alíquota efetiva	2,95%	3,48%	1,47%	1,67%	

**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**25.1 Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração descreve a natureza e a finalidade por meio de estratégias operacionais e controles internos visando garantir liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias de hedge, visando a eliminação, ou a inclusão e monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futura e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **25.2 Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão detalhadas na Nota explicativa nº6.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	5.777	2.995
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	2.620	6.139
Cações e depósitos vinculados	10	Custo amortizado	Nível 2	10.791	9.014
Adiantamentos a fornecedores	13	Custo amortizado	Nível 1	110	110
Despesas antecipadas	14	Custo amortizado	Nível 1	64	97
Outros ativos	14	Custo amortizado	Nível 1	11	11
Não circulante					
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	13	-
Cações e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 2	3.266	3.224
				22.652	21.590

**Passivos financeiros**

**Circulante**

Fornecedores	16	Custo amortizado	Nível 1	1.163	994
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 1	224	208
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	6.121	6.121
Outras contas a pagar	19	Custo amortizado	Nível 2	1.820	1.615

**Não circulante**

Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	58.410	64.482
Provisão para desmantelamento	18	Custo amortizado	Nível 2	918	2.036
Outras contas a pagar	19	Custo amortizado	Nível 2	8.514	5.767
Total				77.170	81.222

**25.3 Mensuração a valor justo:** A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; Empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. O empréstimo e financiamento do BNDES não foi marcado a mercado por se tratar de instrumento de natureza com característica exclusiva (sem correspondente no mercado); Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

	Valor Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo		
Moeda nacional	65.001	65.001
Instituição financeira	-	-
BNDES Nível 2	-	-
Total	65.001	65.001

**25.4 Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam riscos de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 17, têm como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos relativos a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha risco de mercado associado à TJLP e ao CDI. A inflação sobre controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo) de oportunidade da Companhia é definida por agentes de termos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado, ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **Análise de sensibilidade** realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectou a existência de distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente as obrigações assumidas, os fluxos de comprometimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 16. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que pos-

abilitem sua avançamento operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. "Covenants" são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos "covenants" impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar um desembolso imediato ou o cancelamento antecipado de uma obrigação com prazo e periodicidade definidos. A relação dos "covenants" quantitativos por contrato aparece descritos individualmente na nota explicativa nº 16. Até 31 de dezembro de 2021 todos os "covenants" quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter a reserva especial. Companhia não poderá distribuir dividendos a seus controladores. Os ativos financeiros e financiamentos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7), Concessionárias (nota explicativa nº 8) e Cações e Depósitos Vinculados (nota explicativa nº 11). A Companhia, em 31 de dezembro de 2021, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, entre as garantias contratuais, a Companhia possui garantias de pagamento e de recebimento de termos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" o "Provisão para desmantelamento" está considerado os fluxos de caixa projetado. Por se tratar de ativos e passivos de valores diferentes dos divulgados na nota explicativa nº 17 e nº18. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Até Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.164	1.164	1.164	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	64.754	69.921	6.824	12.833
Provisão para desmantelamento	918	12.328	-	-
Total	66.836	83.413	7.988	12.833

**25.5 Risco de crédito:** O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa, Concessionárias, Cações e depósitos vinculados". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2021 é:

Caixa e equivalente de caixa	5.777	2.995
Concessionárias	6.139	6.139
Cações e depósitos vinculados	14.057	12.238
Total	22.454	21.372

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamos são criados controles de segurança para evitar interrupções ou interferências no funcionamento do sistema. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controle a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais baseadas nas políticas e controles internos, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas em política e determinam níveis de concentração de aplicação de investimentos financeiros de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **25.7 Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCCE, ENS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos existentes, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

**26. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS**

**26.1 Compromissos contratuais:** Em 31 de dezembro de 2021, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentados da seguinte forma:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	4.331	334	107	-	4.772
Total	4.331	334	107	-	4.772

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima referem, essencialmente, acordos e compromissos necessários para a execução normal da atividade operacional da Companhia. Responsabilidades com locações operacionais: A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 30 e 35 anos e poderão ser renovados pelo mesmo período. O pagamento será efetuado com base no MW instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M e IPCA.

**26.2 Obrigação de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2035. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

**27. GARANTIAS**

**Tipos de garantias oferecida**

	31/12/2021	31/12/2020
Depósito Caução nota 11)	14	12
Penhor de ações (a)	6	71
Fiança bancária (b)	1	-

(a)Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financeiro e as concessionárias, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social da Companhia, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia. (b)Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiduciária, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita de atendimento assumida pela instituição financeira. O saldo da Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

**28. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS**

A Companhia está sujeita a processos judiciais e administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não tem causas cujo desfecho desfavorável é avaliável como provável. Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são os descritos a seguir: **28.1 Tributários:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é parte de duas ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária que versa exclusivamente sobre recolhimento de ISS. O valor envolvido atualizado é de R\$ 2.745 (2020 R\$ 2.433), e o prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, motivo pelo qual não foi constituída provisão contábil. **28.2 Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2021, a principal ação versa sobre a cobrança abusiva para emissão e renovação de alvará de localização e funcionamento junto à Prefeitura de Jandira. O valor envolvido atualizado é de R\$147 (2020 R\$ 131), e o prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, motivo pelo qual não foi constituída provisão contábil.

**29. MEIO AMBIENTE**

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento das obrigações ambientais é realizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas e/ou multas. A Companhia possui uma estrutura dedicada para monitorar e garantir o cumprimento das obrigações ambientais. A Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 38 (2020 R\$ 52), sendo registrado no resultado de exercício.

**30. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, controlá-los no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Riscos de apólice	Limite Máximo de Indenização
Ativo Imobilizado	Riscos operacionais	179
Responsabilidade civil	Gerar	56

**DIRETORIA**

**Não Fernando Mendonça de Barros Filhos**  
Diretor Presidente

**CONTADOR**

**Alfredo Antonio Tessari Neto**  
Contador CRC: 15P76534/5

• Obtenção e entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de contabilidade operacional e, comparando a base contábil de contabilidade operacional com a base contábil de contabilidade operacional, se os dados possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de contabilidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data da realização da auditoria. Toda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira fiel e adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de julho de 2022

**Adriano Formosinho Correia**  
Contador  
CRC 18A029904/O-5

Obtenção e entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de contabilidade operacional e, comparando a base contábil de contabilidade operacional com a base contábil de contabilidade operacional, se os dados possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de contabilidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data da realização da auditoria. Toda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira fiel e adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de julho de 2022

Adriano Formosinho Correia

Contador

CRC 18A029904/O-5